

De: vitor januario [mailto:vitorjanuarioster@gmail.com]
Enviada: terça-feira, 29 de Maio de 2007 0:09
Para: Elsa Corga
Assunto: carta educativa

Ex.mos Srs, por lapso, a mensagem por mim enviada, a propósito da Carta Educativa, continha duas pequenas incorrecções que, de imediato, destaco a negrito no mesmo texto.

Atenciosamente

Vítor Januário

Vítor Manuel Teiga Januário
Rua do Carvalho, n.º 15,
Mourisca do Vouga
3750-783 Trofa AGD

correio electrónico: vitorjanuarioster@gmail.com
telemóvel: 918361709
Profissão: professor

Ex.mos Srs.

Sendo a matéria da definição de objectivos claros na organização/reorganização da rede escolar de enorme importância, é, certamente, expectável que seja assunto a discutir com os municípios, não apenas por via de qualquer mensagem formalmente concedida, como é o presente caso, mas também em espaço de debate, indispensável à clareza da confrontação de ideias e à participação activa de todos. Assim, é com esta preocupação inicial que apresento algumas reflexões acerca da Carta Educativa.

Recorrentemente, nos últimos anos, o país (em particular, a região centro) vem sofrendo com as políticas de encerramento de escolas. Parece, assim, que se reconhece a falência das responsabilidades autárquicas para a melhoria do parque escolar, enquanto se prova uma anuência automática (contrariada, felizmente, por alguns concelhos que têm procurado resistir à lógica economicista de entendimento da educação) às determinações ministeriais/governamentais.

Certamente que se entende não ser aceitável que se procure provar, com investimento em estudos técnicos, a intenção, à partida, já definida de eliminar escolas. Este é um propósito que tem sido facilmente constatado, com depoimentos de diversos autarcas, porque tal perspectiva é profundamente nociva ao desenvolvimento do país, de cada região, de cada concelho e de cada localidade. Hipotecar o futuro, não investindo na melhoria dos equipamentos, preferindo uma lógica empresarial de fusões, ou extinções sem ponderar, cuidadosamente, com toda a comunidade, as melhores soluções, será sempre um risco para as próprias crianças num tempo imediato, bem como para as localidades em prazo mais alargado.

Atendendo às inquietações manifestadas, considero ser importante saber:

se a autarquia perspectiva promover um crescimento demográfico equilibrado sem qualquer tendência de concentração urbana no concelho, inscrevendo a área da educação como catalisadora desse processo;

se "o ponto de vista pedagógico", mencionado na proposta de "Carta Educativa", resultou da análise de critérios dessa natureza, devidamente discutidos com os docentes;

se a proposta de encerramento de escolas tem também implicado o indispensável apoio socioeconómico às famílias;

se as preocupações manifestadas com a "socialização" dos alunos foram devidamente aferidas junto da comunidade escolar;

se "o cumprimento das disposições emanadas da administração central" significa um número pré-determinado de encerramentos;

se às ponderações efectuadas não são alheias as necessárias garantias de estabilidade de pessoal docente e não docente;

se, perante qualquer encerramento, há garantias de construção de equipamentos de proximidade que concorram para o desenvolvimento de actividades educativas, desportivas e culturais nas localidades onde se prevê cancelar o funcionamento dos estabelecimentos.

Independentemente de outra avaliação, no documento que se encontra em discussão, afigura-se ainda, gravíssima a proposta de encerrar Jardins de Infância, pois constitui um contributo para acentuar desigualdades de oportunidades, tanto no acesso a este sector de educação como na promoção do sucesso das crianças ao longo da vida.

Atenciosamente,
Vítor Manuel Teiga Januário